

A QUESTÃO INDÍGENA E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM PRESENÇA INDÍGENA DOS MUNICÍPIOS DE AQUIDAUANA E DOURADOS / MS

Vanusa Gabriel Lipú¹; Beatriz dos Santos Landa²

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UEMS, Unidade Universitária de Dourados; E-mail: vanusagabriel@hotmail.com. Bolsista PIBEX

² Professora dos cursos de Ciências Biológicas e Química da UEMS, Unidade Universitária de Dourados; E-mail: bialanda@uems.br

Área Temática da Extensão: Educação

Resumo

O objetivo do texto é apresentar os resultados previstos na execução do projeto que tem como objetivo contribuir para a formação de profissionais da educação da rede de ensino nos municípios de Aquidauana e Dourados. Esta proposta extensionista está vinculada ao projeto “A questão indígena em Mato Grosso do Sul: a informação como instrumento de visibilização dos povos indígenas” aprovado no PROEXT 2010 e financiado pelo MEC, por meio do acompanhamento e apoio à execução do mesmo. Os cursos nos dois municípios tem previsão de 40 horas de duração. Abordarão aspectos históricos, culturais, sociais, etnossustentabilidade, educação, território e direito ministrado por especialistas em cada assunto com a perspectiva de minimizar o desconhecimento da presença indígena no Brasil e em especial no Mato Grosso do Sul, sensibilizar para a temática e sua importância no currículo escolar e diminuir o preconceito e discriminação pelos quais passam os indígenas no Estado e nestes municípios, cuja presença indígena é significativa entre a população local.

Palavras-chave: Formação de Professores. Questão Indígena. PROEXT /MEC

Introdução

A falta de informação sobre as populações indígenas e a diversidade sócio-cultural que as mesmas apresentam é um dos fatores das grandes dificuldades pelas quais as etnias encontradas no Estado – Terena, Guarani, Kaiowá, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Kamba - tem passado e sofrido ações de preconceito e discriminação no dia a dia. Estas situações são encontradas em todos os locais nos quais os representantes indígenas tem acesso no seu cotidiano: universidades, lojas, escolas, supermercados, mídia e outros como se estas pessoas não tivessem o direito de frequentar estes locais e devessem permanecer somente nas reservas demarcadas pelo poder público até o ano de 1928 do século passado.

Ainda é bastante frequente a população justificar suas atitudes de não reconhecimento das diferenças para a população indígena dizendo que “eles tem celular,

assistem TV, freqüentam escolas e universidades, escutam as mesmas músicas, jogam futebol, etc” e que, então, não são mais índios. Este equívoco parte da idéia de um índio encontrado no século XVI e que é reforçado pelos livros didáticos atualmente utilizados nas escolas da educação básica do país, e que perpetua as relações desiguais entre os diferentes grupos que ocupam o mesmo espaço.

Esta desinformação e o pouco conhecimento só tem trazido prejuízos para os indígenas presentes no estado, reforçando imagens cristalizadas em um passado longínquo e carregada de exotismo sobre esta população. Com o objetivo de diminuir as atitudes negativas e ao mesmo tempo atendendo a nova política federal propiciada pela Lei 11645 de 10 de março de 2008, que tornou obrigatório o ensino da história dos povos indígenas no ensino básico, a as universidades são instigadas a contribuir para tratar da questão referente à diversidade.

Material e Métodos

Para atingir o objetivo do projeto que é contribuir para a formação de profissionais da educação da rede de ensino nos municípios de Aquidauana e Dourados/MS por meio do acompanhamento e apoio a execução do projeto “A questão indígena em Mato Grosso do Sul: a informação como instrumento de visibilização dos povos indígenas” aprovado no PROEXT 2010 e financiado pelo MEC, inicialmente foi contatada a prefeitura municipal de Aquidauana através da responsável pelo setor educacional local, visando sensibilizar para a execução do curso e para atuar como parceira na efetivação do mesmo. À secretaria caberia realizar a divulgação e as inscrições, além de selecionar o local onde este seria realizado. O cronograma ficou para ser definido pela responsável pelo setor, somente garantindo que fosse aos sábados, de forma que atendesse aos professores. Houve uma grande adesão dos professores e rapidamente as inscrições esgotaram-se. Em relação a Dourados, neste momento, estão abertas as inscrições para professores e estudantes de licenciatura, para início das aulas em setembro.

Resultados e Discussão

A oferta dos cursos tem demonstrado um grande desconhecimento por parte dos educadores sobre as questões indígenas e os povos sul-mato-grossenses. Em geral, elas são permeadas de informações ainda provenientes do tempo escolar, desatualizadas e descontextualizadas. Estes fatores acarretam, mesmo que inconscientemente por parte

dos professores, a disseminação do preconceito em relação aos indígenas e a continuidade dos processos discriminatórios.

O curso de quarenta horas apresenta conteúdos de História, Sustentabilidade, Direito e Educação como forma de propiciar conhecimentos básicos sobre cada uma destas temáticas, permitindo assim um processo de reflexão sobre a questão indígena. Cada tema é tratado por um professor especialista na área, que apresenta resultados de pesquisas atuais, fornece informações básicas de forma a subsidiar as discussões posteriores. São trabalhados textos para fundamentação das questões que estão sendo tratadas.

A participação dos professores é bastante interessante, pois as suas discussões permitem que sejam expressadas as dúvidas que tem, como por exemplo, se: “índio que mora na cidade ainda é índio”? “Mas se eles usam celular, computador, tem TV, estudam na cidade não são mais índios”, “pra que os índios tanto querem terra”? É importante que apareçam estas visões, pois os responsáveis pela temática, podem então explorar estas imagens presentes no conhecimento dos professores e desconstruir os estereótipos existentes. Outros elementos da mídia também tem sido apresentados, como jornais e notícias *on line*, onde tem sido discutidos os últimos acontecimentos relacionados a isso.

Eles tem sido bastante questionadores, participativos, e reconhecem os limites que tiveram em sua formação e feito importantes reflexões para a sua prática futura.

Conclusões

A experiência destes cursos tem demonstrado que o oferecimento de cursos de formação continuada sobre a questão indígena deve ser cada vez mais frequentes, pois a grande maioria dos professores, mesmo vivendo em municípios com uma grande população indígena e contatando diariamente com este segmento, pouco sabem sobre a percurso histórico-social-cultural destes. Desconhecem sua história, sua motivação para lutar pela terra, o direito a uma educação diferenciada e intercultural.

Até o momento, professoras e professores tem apontado o curso como realmente importante para a sua formação.

Agradecimentos

Ao PROEXT/MEC, à UEMS pela concessão da bolsa PIBEX e a Fundação Ford por meio do Programa Rede de Saberes.

Referências

- FONSECA, Cláudia; TERTO JR, Veriano; ALVES, Caleb Farias. **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares.** Porto Alegre, UFRGS, 2004.
- BRAND, Antônio. **Formação de professores indígenas em nível superior.** Digitado, 2004
- FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias.** RJ, DP&A, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania.** Movimento , Revista da faculdade de Educação da UFF, n. 12, set/ 2005. Niterói, EdUFF, 2000. p. 11 -20
- NASCIMENTO, Adir Casaro. **Populações indígenas, universidade e diferença.** Texto apresentado no VIII Encontro de Pesquisa em Educação na ANPED Centro-Oeste. Digitado, 2006.
- NEVES, Paulo Sérgio da C. **Luta anti-racista : entre reconhecimento e redistribuição.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, 2005.
- SILVA, Cidinha da (Org.) **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras.** SP, Summus, 2003.